



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ATA DE REUNIÃO

Informações Gerais e Participantes:

Data: 12/05/2021 - 18/05/2021

Horário de início: 15h00 (12/05) - 15h30 (18/05)

Horário de término: 17h00 (12/05) - 17h00 (18/05)

Assunto: Apresentação de pleitos relativos ao contrato de PPP da Rodovia MG-050.

Participantes: Izabel Ferreira, Sílvia Lage, Gibran Lacerda, Leonardo Nunes, Vítor Costa, Hanna Bhering e Diego Jardim.

Assuntos discutidos:

- Atualização das pautas: ações institucionais, planos de Clearing, normatização (atos normativos para padronização);
 - Ações de fortalecimento institucional: capacitação, contratação do Banco Mundial, formação da Agência Reguladora, harmonização com novos contratos (curto prazo); Seminário sobre regulação, benchmarking ANTT, ARTESP, ARSAE; revisão dos fluxos de monitoramento de garantias e manual e gestão e fiscalização de PPP (médio prazo);
 - planos de Clearing: MG-050 (pleitos e REF, cronograma de obras), inclusão do contorno de Montes Claros (curto prazo); melhorias contatuais e Clearing da BR-135 (médio prazo);
 - normatização: Resolução para inclusão de novos investimentos (retorno da CGE e da AGE), alteração no cálculo do WACC, Resolução para procedimento de reequilíbrio econômico-financeiro, apoio de Consultoria (curto prazo); procedimentos para: aplicação de penalidades, remoção e reembolso de interferências, desapropriações, metodologias de cálculo de REF, procedimento para rescisão contratual, procedimento para troca de informações entre as partes (médio prazo);
- Apresentação de pleitos relativos ao contrato de PPP da Rodovia MG-050:
 - Apresentação dos documentos analisados e das premissas utilizadas;
 - pleitos apresentados (a favor da Concessionária e a favor do Estado): segurança armada das praças de pedágio; postergação dos valores de centro veterinário de acolhimento e guarda de materiais (CVAGA); postergação dos valores relativos ao serviço de atendimento de urgência a acidentes (Corpo de Bombeiros); postergação de valores não pagos de contraprestação pecuniária; interferências imprevistas desembolsadas pela Concessionária;
 - discussão sobre a matriz de riscos contratual e as repercussões de fatos geradores de desequilíbrios;
 - análise da aplicabilidade de metodologias para reequilíbrio por projeções e por dados reais;
 - possibilidades procedimentais sobre o fluxo de aprovação e votação sobre os pleitos analisados;

- Cronograma de obras;
- Discussão sobre modelos de regulação aplicados nos contratos de Concessão:
 - Argumentos levantados em pesquisa jurisprudencial do TCU;
 - Dicotomia entre o ambiente concorrencial da licitação e as negociações posteriores na gestão dos contratos para inclusão de investimentos;
 - Possibilidades metodológicas para operacionalização uniforme das inclusões de novos investimentos em contratos vigentes e para as novas concessões;
 - Jurisprudência do TCU para incorporação do desconto inicial da licitação nas inclusões de novos investimentos nos contratos geridos pela ANTT;
 - Possibilidades para a instrução processual de pedidos de inclusão de obras para a Resolução de inclusão de novos investimentos;
 - Fluxo para aprovação de novos investimentos e necessidade de celebração de Termos Aditivos ou apenas da autorização da autoridade competente para a inclusão de novos investimentos;
 - Diretriz do TCU de procedimentalização das inclusões de novos investimentos para limitar as negociações contratuais, no sentido da preservação do desconto da licitação;
 - Modelos de Regulação a partir das diretrizes para os cálculos de TIR, WACC e Fluxo de Caixa Marginal;
 - Separação de resoluções para procedimentos de outra para as metodologias de cálculo de REF e inclusão de novos investimentos;

Próximos Passos:

- Capacitações sobre regulação e gestão/fiscalização de contratos de PPP (21/05);
- frente de trabalho para harmonizar a regulação dos contratos vigentes com a dos contratos em estruturação;
- análise dos documentos encaminhados sobre os pleitos;
- agendas de benchmarking com a ANTT (09/06) e Artesp (27/05);
- aguardo de manifestações da Controladoria Geral do Estado e da Advocacia Geral do Estado sobre a Resolução de inclusão de novos investimentos;
- avaliação dos impactos da inclusão do Contorno de Montes Claros no contrato de Concessão da BR 135;
- próximas reuniões nos dias 24 e 27/05;
- deliberação sobre os pontos do Clearing da MG-050 (eventos de desequilíbrio, sem a avaliação neste momento de alterações de cronograma) com proposta de envio prévio de manifestação para os votos dos membros titulares;
- análise para manifestação sobre as orientações para o REF decorrente da inclusão do Contorno de Montes Claros (BR-135), na próxima reunião de 24/05.

Belo Horizonte, 18 de maio de 2021.

Documento assinado eletronicamente por **Silvia Machado Lage, Superintendente**, em 20/05/2021, às 08:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Izabel Campos Ferreira, Chefe da Unidade**, em 24/05/2021, às 12:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Hanna Lobo Leite Bhering Silveira, Servidora Pública**, em 24/05/2021, às 13:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Diego Otavio Portilho Jardim, Servidor Público**, em 24/05/2021, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Nunes de Souza, Servidor Público**, em 25/05/2021, às 16:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gibran Alvim Lacerda, Servidor Público**, em 25/05/2021, às 17:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Augusto Martins da Costa, Assessor**, em 31/05/2021, às 17:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **29304647** e o código CRC **B1719C98**.

Referência: Processo nº 1300.01.0002267/2021-23

SEI nº 29304647